



A imprensa a serviço da História: O cenário de pesquisas em MS sobre história da Imprensa¹

André Giulliano MAZINI²
Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran)
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

RESUMO

Este trabalho é parte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento no Doutorado em História da Universidade Federal da Grande Dourados. O objetivo é analisar a utilização da imprensa como fonte para a História e verificar a produção acadêmica que vem sendo realizada sobre a História da Imprensa em Mato Grosso do Sul. Apesar de muitos pesquisadores recorrerem à imprensa estadual como fonte alternativa para solução de seus problemas de pesquisa, a mesma ainda é pouco estudada como objeto principal. Para desenvolvimento do trabalho foi realizada revisão bibliográfica aliada à consulta das produções nos atuais programas pós-graduação tanto em História, quanto no recente mestrado aberto em Comunicação pela UFMS.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; História; Jornalismo; Pesquisa.

Introdução

A segunda metade do século XX testemunhou uma significativa mudança de paradigma no campo dos estudos historiográfico no que diz respeito à análise de periódicos. A historiadora Tânia de Luca (2010, p.118) pontua que somente na década de 1970 o jornal passa a ser concebido como um possível objeto da pesquisa histórica e deixa de ser utilizado, tão somente, apenas “como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação”.

Um dos marcos dessa mudança é o trabalho *Bravo Matutino*, de Maria Helena Capelato e Maria Lidia Prado. Na contramão das pesquisas históricas realizadas em sua época, a dupla de pesquisadoras elegeu como fonte única de investigação e análise crítica o jornal *O Estado de S. Paulo*.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 7 a 9 de junho de 2012.

² Assessor de Comunicação Social da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Professor no curso de Jornalismo do Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Email: andre_mazini@hotmail.com



A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se inserem. (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 19)

Nas décadas que se seguiram foi crescente o número de estudiosos que analisaram a história a partir das lentes da imprensa. O panorama fica ainda mais evidente nos campos das histórias cultural e política, em pesquisas com recorte temporal a partir do século XIX, período em que os jornais já apresentavam de maneira relativamente profissional suas leituras sobre os acontecimentos sociais, evidentemente com diferentes níveis de comprometimento político, econômico e ideológico. “As renovações no estudo da história política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da história cultural, renderam frutos significativos” (LUCA, 2010, p.128).

Apesar de progressivamente reconhecida como objeto da história, esta sempre enxergou a imprensa com desconfiança. A suspeição é traduzida por João Honório Rodrigues que, mesmo considerando o jornal como “umas das principais fontes de informação histórica”, alertava, com razão, que “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial”. Conteúdo este, caracterizado pelo autor como “mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso” (RODRIGUES, 1968, p. 198).

Se por um lado é justificada, nos estudos historiográficos, a desconfiança a respeito da confiabilidade do conteúdo presente nas páginas dos periódicos, por outro, é perceptível que, comprometidos ou não, os jornais são pautados por aquilo que se julga relevante para a sociedade de sua época imediata.

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina, e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegera como digno de chegar até o público. (LUCA, 2010, p.139)



Se por um lado já está consolidada a teoria do agendamento ao propor que a mídia tem um grande poder de influenciar a opinião pública, também há indícios que apontam o inverso dessa equação, quando admite-se que a opinião pública e os mais variados contextos sociais também influenciam nos temas que pautam os jornais.

Conceitualmente, a Agenda-setting é um tipo de efeito social da mídia. “É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá” (Barros Filho, 2001, p. 169). Alegoricamente, é como se as pessoas recebessem diariamente dos meios de comunicação informativa uma lista – ou “cardápio” – com os temas relevantes para o dia. Serão basicamente os assuntos desse “cardápio” que guiará suas conversações, preocupações e reflexões ao longo do dia. Trata-se, pressupostamente, da capacidade que a mídia tem de “agendar” a pauta cotidiana.

“a hipótese do agenda-setting não defende que os mass media pretendam persuadir [...]. Os mass media, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião e discutir. O pressuposto fundamental do agenda-setting é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos mass media» (Shaw, 1979, 96, 101)

Esse cenário de influência, ou condicionamento da mídia em relação a seus receptores, todavia, não constitui uma unanimidade nos estudos em comunicação. Um dos principais autores a apresentar um contradiscurso é o filósofo francês Edgar Morin, especificamente em sua teoria Cultorológica. Nela, Morin pontua que a partir do momento em que a comunicação passa a ser um personagem fundamental na constituição da cultura social, tanto ela influencia a sociedade quanto a sociedade a influencia, numa relação dinâmica de interações culturais.

Para Morin, cultura seria um sistema constituído de valores, símbolos, imagens e mitos que dizem respeito quer à vida prática quer ao imaginário coletivo, compondo toda uma dimensão simbólica que permite aos indivíduos se localizarem no grupo, que formam uma espécie de “atmosfera”, e que permeia a inserção dos sujeitos no mundo.

Nesse sentido, e contrastando com a Teoria Crítica, a cultura de massa seria, sim, uma cultura, que convive com os demais sistemas culturais numa realidade contemporânea que



se caracteriza por ser policultural. A relação entre essas culturas, porém, não é gratuita. A cultura de massa, por suas potencialidades, corrompe e desagrega as outras culturas, que não saem, pois, imunes ao contato com a cultura industrializada. (Araújo, acessado em 19/03/2011)³

Dessa forma, o pesquisador dos periódicos, segundo Luca (2010, p.140), não trabalha somente com o conteúdo das notícias, mas principalmente identificando os acontecimento que ganharam contornos de notícia, o que por si só, segundo ela, já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade à alguma coisa.

Tendo a legitimidade, socialmente reconhecida, de informar às pessoas os acontecimentos de interesse público, a imprensa se apropria de um representativo poder simbólico, especialmente a partir da passagem de século XIX para o XX, quando o jornalismo entra em sua “era industrial” (MELO, 2005). Nesse período, a imprensa se profissionaliza e ganha *status* de mediadora das informações sociais.

Nessa transição do artesanal para o industrial, as matérias deixam de ser expressões explicitamente ideológicas, e até panfletárias – como ocorreu largamente após a Revolução Francesa –, e passam a representar todo um contexto social a partir de uma premissa frágil, porém defendida à peso de ouro, de objetividade, imparcialidade e verdade. Se concordamos com Chartier (1988), quando afirma que as representações do mundo social são sempre determinadas pelo grupo que as forjam, temos na imprensa uma grande influência nas representações de mundo construídas a partir do século XX.

A narrativa e a humanização do tempo

Nos dicionários, a palavra *narrativa* aparece como a exposição de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos encadeados, reais ou imaginários, por meio de palavras. Nesta pesquisa, utilizando as reflexões que desenvolvemos durante o mestrado, conceberemos narrativas como instrumento de ordenação de informações em um discurso organizado em torno de um tempo, um espaço, um acontecimento – ou uma série de acontecimentos – e, essencialmente, em torno de pessoas (que na literatura são concebidas como personagens e no jornalismo

³ Artigo completo disponível em:
<http://www.faac.unesp.br/graduacao/di/downloads/Comunica%E7%E3o/TeoriaCasal.doc>



como fontes). Dessa forma, ao escolher a perspectiva narrativa para analisar a história, o faremos de forma a contemplar a história essencialmente humana.

Para Carla Fonte (2006), a identidade é a narrativa coerente da vida de cada pessoa e constitui um princípio organizador central. A pesquisadora afirma que as pessoas organizam suas experiências no mundo social – conhecem-no e estabelecem com ele interações – através de narrativas. Ricoeur (1994, p.85) vai além e traz à tona a potencialidade que a narrativa tem de humanizar o próprio tempo. Ele esclarece que existe, entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da existência humana, “uma correlação que certamente não é acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural”.

O tempo torna-se humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição de existência temporal (Ricoeur, 1994, p.85).

Dessa forma, ao estudar as representações históricas na imprensa, não é possível que não haja uma cuidadosa abordagem sobre as implicações humanas que a narrativa jornalística exerce sobre o imaginário das pessoas.

Pesquisas em História da Imprensa no Brasil

Apesar de haver diversos trabalhos sobre a História da Imprensa no Brasil e da comunicação social de uma forma geral, que se dedicam a relatar, especialmente, fatos que aconteceram a partir da chegada da Corte Portuguesa no século XIX, o Brasil ainda é carente de pesquisas que aprofundem essa história em nível regional. O que podemos chamar de História da Imprensa no Brasil, resume-se ao movimento de organização profissional da comunicação informativa somente em grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo e nas principais cidades do Nordeste, este último com uma representação destacada no período do Brasil Colônia.

Diante desse cenário é que foi fundado, no início da década de 2000, um dos mais organizados grupos de pesquisa dedicados à pesquisa da História da Imprensa no Brasil: a Rede Alfredo de Carvalho (Alcar). Criada a partir de uma iniciativa da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação, em parceria institucional com a ABI - Associação



Brasileira de Imprensa; IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; ABECOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; e da INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, além do apoio da revista IMPRENSA, o grupo nasceu com o objetivo de preservar a Memória e construir a História da Imprensa no Brasil. A fundação da Rede Alcar se deu em face das comemorações do bicentenário da fundação da tipografia e do jornalismo no Brasil.

Em pouco tempo, diversas entidades se comprometeram a dar sustentação aos estudos propostos pelos idealizadores da Rede, entre eles: o Ministério da Cultura, através do Projeto Resgate (Rio de Janeiro), o Arquivo Público da Bahia, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Recife), o Centro de Memória Regional do Município de São Caetano do Sul (São Paulo), a Secretaria Municipal de Comunicação de Piracicaba (São Paulo). Também se inscreveram núcleos de pesquisa ou departamentos das seguintes universidades: UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), UFF (Universidade Federal Fluminense), UAM- Universidade Federal do Amazonas, UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, UNISUL (Florianópolis), UNISAL - Centro Universitário Salesiano (São Paulo), Universidade Estácio de Sá e UFMS (Mato Grosso do Sul), UNISANTOS - Universidade Católica de Santos, Universidade de Taubaté (São Paulo), Faculdades Carioca (Rio de Janeiro).

Todas estas instituições passaram a somar esforços no intuito de desenvolver pesquisas em níveis nacional e regional capazes de suprir a lacuna que existe sobre a História da Imprensa no Brasil.

A produção acadêmica sobre história da imprensa em Mato Grosso do Sul

Apesar de servir como fonte secundária para diferentes tipos de pesquisa que tenham como objetivo elucidar contornos da história de Mato Grosso do Sul, a imprensa ainda é pouco adotada como objeto de estudo principal nas pesquisas desenvolvidas no Estado.

No campo da Comunicação Social, a baixa produção acadêmica sobre a história da imprensa estadual se deve, entre outros fatores, à incipiência do próprio campo acadêmico da Comunicação Social em Mato Grosso do Sul. Com a fundação do primeiro curso de jornalismo do Estado em 1985 (com primeira chamada para vestibular em 1988), pela UFMS, o primeiro curso de mestrado na área, também na UFMS, só



veio a selecionar sua primeira turma em 2011. Com uma linha de pesquisa em Mídia, Identidade e Regionalidade, o programa se propõe a estimular pesquisas que também supram a carência por estudos sobre a história da imprensa no Estado.

Mesmo não contando com um programa de pós-graduação *stricto sensu* até 2011, o curso de jornalismo da UFMS chegou a fundar em 2005-2006, por meio da pesquisadora Ruth Viana, um grupo de estudo vinculado à Rede Alfredo de Carvalho (Rede Alcar), dedicado à produção acadêmica sobre história da imprensa. O grupo, porém, apesar de estimular a produção pontual de pesquisas sobre o tema, não chegou a desenvolver um amplo estudo sobre a história da imprensa em MS.

Com uma produção acadêmica mais consolidada, contando com um programa de pós-graduação desde 1999 no então campus da UFMS em Dourados (que depois viria a se tornar Universidade Federal da Grande dourados – UFGD), os historiadores de MS também pouco produziram sobre a história da imprensa no Estado.

De acordo com o pesquisador Marcelo Cêncio, no período da consolidação da divisão de Mato Grosso e conseqüente surgimento de Mato Grosso do Sul, o Estado era pouco integrado na área de comunicação. “Existiam jornais impressos e emissoras de rádio em alguns municípios, mas a maior concentração de empresas jornalísticas encontrava-se em Campo Grande: três emissoras de rádio AM (Educação Rural, Difusora e Cultura), dois jornais diários (Correio do Estado e Diário da Serra) e uma emissora de televisão (TV Morena, canal 6). Entre todos os outros municípios, apenas Corumbá contava com outro canal de televisão, a TV Cidade Branca, inaugurada em 1970” (CÂNCIO, acessado em 18/01/2012).

Neste mesmo período, a região sul do Estado também contava com um cenário profissional de produção noticiosa, com destaque para os dois diários impressos de maior alcance: O Progresso e o Folha de Dourados.

Atualmente, o Mapa de Mídia de MS, produzido pelo projeto Portal de Mídia, do curso de Comunicação Social da UFMS, contabiliza 173 veículos de comunicação cadastrados, entre jornais, sites, emissoras de rádio e TV.

A incipiência dos estudos sobre história da imprensa em MS não encontra justificativa na falta de documentos a serem pesquisados. No Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) e no Centro de Documentação Histórica da UFGD, por exemplo, está disponível um grande acervo de edições dos principais jornais das regiões central e sul do Estado, respectivamente. Além desses, os jornais mais antigos, ainda em



atividade, como o Progresso e o Correio do Estado, mantém em suas sedes um acervo histórico próprio com todas as suas edições já publicadas até hoje.

Na região da Grande Dourados um dos trabalhos que buscou com propriedade traçar um histórico da imprensa na região é o livro Dourados: Memórias e Representações de 1964, fruto da tese de doutoramento de Suzana Arakaki, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da UFGD.

De acordo com a autora, os relatos que remetem à existência dos primeiros periódicos datam de 1926. Intitulado Jandaia, o primeiro jornal que se tem notícia era impresso em Campo Grande e teve vida breve, “sua edição foi suspensa porque uma pessoa da cidade não gostou de um artigo”, conta Arakaki (2003, p.105). Depois disso, O Douradense circulou de 1948 até meados de 1950.

Fundado em Ponta Porã na década de 1920, O Progresso passou a ser distribuído em Dourados em 1951. “O jornal foi impresso na tipografia de Naurestides Brandão, na cidade de Dourados. A tipografia foi instalada na cidade com uma providencial subvenção da Prefeitura local. Até meados do ano de 1964, o jornal era semanário, a partir dessa data, passou a ser editado diariamente” (ARAKAKI, 2003, p. 105).

Entre esses e outros periódicos citados por Arakaki, os jornais douradenses alimentam semelhança em suas linhas editoriais. A maioria, apesar de defender a neutralidade editorial, acabou por demarcar claramente suas posições político-partidárias e ideológicas. Como no caso do Jornal de Dourados que se fixou na cidade de Dourados na década de 50, sobre quem a autora comenta: “O discurso de neutralidade, comum entre os periódicos, não se sustentou nem mesmo no primeiro número, no qual pode-se identificar demarcação de posições ideológicas”, (ARAKAKI, 2003, p. 106).

Considerações Finais

É pertinente reafirmar que as discussões apresentadas nesse trabalho são levantamentos iniciais de uma pesquisa de doutorado que, ao cabo, pretende contribuir para o avanço nos estudos sobre a história da imprensa em Mato Grosso do Sul. A expectativa é que nos próximos anos, devido principalmente ao desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em história e em comunicação, aumente significativamente o número de trabalhos desenvolvidos sobre a imprensa estadual. Tal abordagem histórica apresenta-se com grande importância no sentido de compreender as relações culturais e



de poder estabelecidas, com ênfase na região sul do Estado. A pesquisa terá como recorte o período entre os anos de 1968 e 1985, época de regime militar no Brasil.

Referências bibliográficas

CÂNCIO, Marcelo. **Televisão Fronteira: TV e telejornalismo na fronteira do Brasil e Paraguai**. Editora UFMS, 2011.

CÂNCIO, Marcelo. **História do Telejornalismo em Mato Grosso do Sul**. Disponível em <http://www.portaldemidia.ufms.br/wp-content/uploads/2011/04/Marcelo-Cancio-Hist%C3%B3ria-do-Telejornalismo-em-Mato-Grosso-do-Sul.pdf> (acessado em 10/01/2012).

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro; do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

ARAKAKI, Suzana. **Dourados: memórias e representações de 1964**. Dourados, MS: Editora UEMS, 2008.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura**. 4ª. ed. rev. e. atual. São Paulo: Summus, 1986.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos, e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da historia do Brasil: Introdução e Metodologia**. Cia editora nacional, SP, 1968.

CAPELATO, Maria helena e PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino, imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**, SP, Alfa e Omega, 1980.